

**OS ATOS DO ESTADO E OS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA
AMAZÔNIA**

**LOS ACTOS DEL ESTADO Y SISTEMAS DE EVALUACIÓN EDUCATIVA EN LA
AMAZONIA**

**STATE ACTS AND EDUCATIONAL EVALUATION SYSTEMS IN THE
AMAZON**

Ruth Araújo da Cunha¹ 0009-0001-8976-831X
Camila Ferreira da Silva² 0000-0002-2348-9350

¹Universidade Federal do Amazonas – Manaus, Amazonas, Brasil; pedagogaruth@gmail.com

²Universidade Federal do Amazonas – Manaus, Amazonas, Brasil; ferreira.camilasilva@gmail.com

RESUMO:

O texto realiza uma reflexão sobre o materialismo do simbólico de Pierre Bourdieu como um caminho para entender as ações do Estado, relacionando essas ações com as políticas de avaliação adotadas pelos sistemas educacionais do estado do Amazonas, ao considerar sua construção e seus dilemas frente a mundialização da educação. O estudo em questão tem um caráter de ensaio teórico, pois visa apresentar argumentos e ideias sobre a relação entre os atos do Estado e os sistemas de avaliação analisados, por meio da abordagem da Sociologia Crítica. Os dilemas da avaliação da educação na Amazônia frente a mundialização se relacionam diretamente com os modelos de política de avaliação dos sistemas educativos adotados pelas Secretarias de Educação dos estados e municípios, nos quais as instituições públicas assumem o papel de executoras em vez de protagonistas e idealizadoras das políticas avaliativas. A valorização da educação dos povos da Amazônia perpassa, portanto, pela criação de políticas de avaliação e de educação que respeitem nossa diversidade social e cultural e que priorizem nossa identidade amazônica.

Palavras-chave: materialismo do simbólico; políticas na Amazônia; sistemas de avaliação.

ABSTRACT:

The text reflects on Pierre Bourdieu's symbolic materialism as a way to understand the actions of the State, relating these actions to the evaluation policies adopted by the educational systems of the state of Amazonas, when considering its construction and its dilemmas in the face of globalization of education. The study in question has the character of a theoretical essay, as it aims to present arguments and ideas about the relationship between State acts and the analyzed evaluation systems, through the Critical Sociology approach. The dilemmas of evaluating education in the Amazon in the face of globalization are directly related to the policy models for evaluating educational systems adopted by the State and Municipal Departments of Education, in which public institutions assume the role of executors rather than protagonists and idealizers. of evaluation policies. Valuing the education of the peoples of the Amazon

therefore involves the creation of evaluation and education policies that respect our social and cultural diversity and that prioritize our Amazonian identity.

Keywords: symbolic materialism; policies in the Amazon; assessment systems.

RESUMEN:

El texto reflexiona sobre el materialismo simbólico de Pierre Bourdieu como forma de comprender las acciones del Estado, relacionando estas acciones con las políticas de evaluación adoptadas por los sistemas educativos del estado de Amazonas, al considerar su construcción y sus dilemas frente a la globalización de la educación. El estudio en cuestión tiene carácter de ensayo teórico, pues tiene como objetivo presentar argumentos e ideas acerca de la relación entre los actos del Estado y los sistemas de evaluación analizados, a través del enfoque de la Sociología Crítica. Los dilemas de evaluar la educación en la Amazonía frente a la globalización están directamente relacionados con los modelos de política de evaluación de los sistemas educativos adoptados por las Secretarías de Educación Estatales y Municipales, en los que las instituciones públicas asumen el papel de ejecutoras y no de protagonistas e idealizadoras de las mismas políticas de evaluación. Valorar la educación de los pueblos de la Amazonía implica, por tanto, generar políticas de evaluación y educación que respeten nuestra diversidad social y cultural y que prioricen nuestra identidad amazónica.

Palabras clave: materialismo simbólico; políticas en la Amazonía; sistemas de evaluación.

Introdução

O estudo traz para a agenda de pesquisa no campo das políticas públicas a discussão sobre o Estado, a partir da visão do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Nosso objetivo no presente ensaio consiste em refletir sobre o materialismo do simbólico como um caminho para entender as ações do Estado, relacionando essas ações com as políticas de avaliação adotadas pelos sistemas educacionais do estado do Amazonas, ao considerar sua construção e seus dilemas frente à mundialização da educação.

Nessa abordagem utilizamos como referências teóricas os estudos de Pierre Bourdieu (2014), Jaime Osório (2019), Pierre Lascoumes e Patrik Le Galès (2012), Jefferson Mainardes (2011), Almerindo Janela Afonso (2005), Maria Helena Guimarães de Castro (2009) e outros. A discussão está pautada na concepção epistêmica de que o conhecimento é construção, na visão holística sobre o Estado como agente social de poder e suas frentes de atuação no espaço social global da sociedade contemporânea. Analisamos, então, o papel do Estado no processo de mundialização da educação e das políticas públicas, e nessa esteira, como a política de avaliação dos sistemas educativos da Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED-Manaus) e Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas (SEDUC-AM) são impactadas pelos organismos financeiros internacionais.

A partir da segunda metade do século XX, as políticas públicas foram impactadas pela corrente neoliberal, por meio dos investimentos financeiros internacionais (BANCO MUNDIAL, 1996) que o Brasil contratou a juros altos. Esse aporte financeiro, em forma de empréstimo, foi direcionado a várias esferas do Estado, em especial, para implementação de políticas de avaliação educacional, posto que essas políticas passaram a ser compreendidas como passo estratégico para as demais tomadas de decisões, uma vez que passariam [estas decisões] a se basear nos resultados das avaliações e das comparações entre diferentes sistemas de ensino a nível global. Uma das concepções do Banco Mundial é que era necessário “o controle maior sobre a educação para que esta possa gerar resultados que impactem de forma positiva no crescimento econômico e social” (OLIVEIRA, 2015, p. 1). Neste contexto, o Estado passou por mudanças conceituais e gerenciais, assumindo papel regulatório e fiscalizador das políticas públicas, deixando em segundo plano sua função de executor das políticas e configurando-se cada vez mais como um “Estado Avaliador” (AFONSO, 2013).

Ao discutir sobre esses aspectos percebemos que existe uma cultura avaliativa em nosso Estado, que foi originária da política neoliberal e de como têm se materializado os poderes simbólicos de agentes internacionais/transnacionais nas políticas nacionais e nos direcionamentos dos campos político e educacional de contextos específicos. O estudo em questão tem um caráter de ensaio teórico, pois visa trazer argumentos e ideias sobre a relação entre os atos do Estado e os sistemas de avaliação analisados, por meio da abordagem da Sociologia Crítica bourdieusiana.

Para melhor fluxo de leitura, o texto está organizado por seções. A primeira seção ocupa-se do conceito de Estado na visão de Bourdieu, relacionando-o com a ação pública na Contemporaneidade. Na segunda seção, estabelecemos a conexão entre o papel do Estado e a política de avaliação educacional, em específico, a política de avaliação assumida pelo estado do Amazonas. E por fim, abordaremos os dilemas da avaliação da educação na Amazônia frente à mundialização da educação e da avaliação nesse campo, discutindo os modelos de política de avaliação dos sistemas educativos e como eles são legitimados pelos atos do Estado.

Estado em Pierre Bourdieu: Um caminho materialista do simbólico para pensar a ação pública na contemporaneidade

Em seu livro intitulado “Sobre o Estado”, Pierre Bourdieu (2014) discute a complexidade da definição de Estado, e para contribuir com nossa compreensão sobre essa

instituição constituída estabelece uma linha histórica de transição entre o Estado Dinástico-absolutista e o Estado Moderno do Bem-estar, com vista ao entendimento sobre o Estado, por meio do conhecimento de suas ações na sociedade contemporânea.

Bourdieu defende a ideia de que o Estado se constitui estrategicamente, no movimento de legitimação das estruturas estabelecidas pelo poder simbólico exercido pelos agentes da ação pública. Para Bourdieu (2014), o poder simbólico se configura como dimensão essencial do Estado, é pelo uso desse poder que o Estado condiciona e desenha a vida em sociedade (AMAR, 2018).

Nesse sentido, “Bourdieu reitera a dimensão simbólica do Estado, espaço de relações de força e de sentido, como produtor de princípios de classificação suscetíveis de serem aplicados ao mundo social” (MICELI, 2014, p. 22). Trata-se de um poder silencioso e, exatamente por esta característica, de alcance profundo nos processos de socialização e de constituição de *habitus* “desejáveis”.

A dimensão simbólica do Estado que Bourdieu chama atenção está atrelada ao sistema capitalista, sendo um sistema dinástico, que se consolida cada vez mais pela transferência de responsabilidade do Estado para as corporações internacionais. Estas transferências de poder geram lutas nos campos: jurídico, administrativo, acadêmico e parlamentar (metacampo) e sustentam o Estado Moderno como ditador das ações públicas. E aqui vale a pena esclarecer que não se trata de um combate teórico à figura do Estado em si, mas sobretudo às relações desiguais de poder que estão na base de sua atuação em nossa sociedade – sobretudo se levarmos em consideração o fato de que o Estado tem o poder de converter uma visão particular, de um grupo social, em uma visão coletiva e hegemônica para toda a sociedade.

Os confrontos entre as instituições e as corporações estão ancorados na política do Bem-estar social, mas na prática são os interesses pessoais dos agentes públicos e das empresas multinacionais que ditam onde e como os investimentos financeiros serão alocados. Desse modo, a perspectiva bourdieusiana nos compele a pensar o cenário histórico, político e os agentes que ocupam posições de poder no campo político, posto que estes agentes e seus grupos sociais exercem força suficiente para fazer legitimar uma visão de mundo particular como se fosse coletiva, em detrimento dos demais grupos sociais que acabam por ocupar posições dominadas na luta cotidiana no espaço social global.

Para compreender melhor essa disputa de poder, os autores Lascoumes e Le Galès (2012) enfatizam a importância do entendimento das perspectivas sobre o Estado. Segundo eles,

o Estado deve ser entendido pela ótica da sociologia política da ação pública, ou seja, na contemporaneidade, o Estado desenvolve ações de caráter regulatório e político social, passando por uma reestruturação.

A partir dos conceitos sobre Estado conseguimos identificar melhor sua função e sua finalidade, vislumbramos suas reais intenções ao propor e defender uma determinada ação pública. O Estado, dependendo de seus interesses e dos grupos que ocupam sua estrutura em determinado cenário de época, influenciado pelas regras do mercado internacional, torna-se parcial ou imparcial com relação aos direitos sociais, suas ações revelam, então, o poder que direciona o interesse e a ação estatal para a defesa de uma perspectiva que tende a se tornar hegemônica no campo político.

O poder simbólico presente nas ações do Estado é camuflado pela crença de que o Estado surgiu como agente promotor das políticas do Bem-estar e para o povo. Vale ressaltar que para Bourdieu (2014), o poder simbólico se materializa no Estado, por meio das ações públicas, de seus agentes e de suas políticas – e aqui reside um elemento crucial para as pesquisas no campo da Política Educacional, uma vez que a análise das políticas públicas para a educação incide necessariamente sobre a ação do Estado no diálogo e na conversão de poderes e capitais entre os campos político e cultural – sedo este último o campo no qual se encontram as instituições e os agentes educativos.

Bourdieu reforça que o Estado é difícil de ser compreendido apenas pela visão social sobre si como crença coletiva, como uma estrutura mental do ser humano. Para ele, é muito mais do que isso, está relacionado com os atos do Estado que demonstram seus objetivos e finalidades, posto que são “[...] atos políticos com pretensões a ter efeito no mundo social” (BOURDIEU, 2014, p. 39). Desse modo, do ponto de vista analítico, a perspectiva bourdieusiana nos permite ir além da tentativa de uma aplicabilidade teórica à materialidade da vida em sociedade, posto que, ao eleger os atos de Estado como materialidade observável e analisável do poder e dos mecanismos desta instituição social, temos uma sólida mirada dialética entre material e simbólico (BOURDIEU, 1989).

Todos os atos do Estado são considerados legítimos, pois temos a crença que são atos inquestionáveis e que não há outra resposta para tal situação social, a não ser a que o Estado impõe e que necessariamente naturalizamos a partir dos processos de socialização a que fomos submetidos desde muito cedo em sociedade. Essa visão utópica do Estado deve ser superada, para isso precisamos ter consciência que as ações públicas do Estado são: investigáveis,

questionáveis e revogáveis, sobretudo porque coadunam como exercício de poder dos dominantes sobre a maior parte da população.

Entre suas funções, o Estado assume o papel de produtor de políticas, aqui denominadas de atos do Estado. É ele que cria e articula as ideias e as consolida em sociedade exatamente pela força que exerce e pelo reconhecimento social de tal força, a partir de suas instituições sociais, do corpo de agentes especializados que o compõem e, sobretudo, pela legitimidade que esta sociedade confere a sua ação. Quando observamos as estruturas das políticas educacionais brasileiras percebemos traços dessa função do Estado e do exercício de poder e das lutas que fazem parte dos processos de construção ou direcionamento de uma política pública, uma vez que, longe de encaminhamentos uníssomos, o que temos nesses processos é exatamente o contrário, lutas, posicionamentos diferentes e exercício de poder para universalizar o ponto de vista de um grupo ou classe social sob forma de política social.

A construção das políticas públicas de avaliação no Brasil

Desde a década de 1960, os sistemas educacionais brasileiros incorporam as tendências internacionais de avaliação, como forma de monitorar e controlar as práticas de ensino e aprendizagem das escolas.

O século XX pode ser considerado o século das mudanças em diferentes áreas sociais, em particular, no campo educacional. Com a crise econômica de 1970 e o avanço das ideias neoliberais, e com a forte influência dos mecanismos internacionais, surgiram, no Brasil, as reformas de Estado, com vistas a dinamizar as ações públicas e controlar os gastos do Estado.

No final do século XX, com o aprofundamento da crise do *welfare state*, com as convulsões econômicas, sociais e políticas enfrentadas, principalmente a partir do final da década de 1970, junto com o movimento da nova administração pública, o Estado é fortemente questionado tanto em suas funções quanto na real eficácia de suas ações interventoras na realidade social [...] (TREVISAN; BELLEN, 2008, p. 530).

O discurso para realização das reformas estava centrado na descentralização de poder do Estado, oportunizando, segundo seus defensores, autonomia para as esferas estadual e municipal no sentido de gerir suas políticas públicas educacionais. Com a descentralização, os estados e os municípios passaram a ser responsáveis pelos resultados alcançados, e, conseqüentemente, responsabilizados pelos índices educacionais das redes de ensino.

Na década de 1990, aconteceram significativas reformas educacionais. Com a descentralização dos poderes e a redistribuição de tarefas para as outras esferas de governo, as

redes de ensino começaram a organizar os sistemas próprios de avaliação educacional. Segundo Gatti (2013), as primeiras iniciativas de avaliação educacional se deram com a criação do Centro de Estudos de Testes e Pesquisas Psicológicas, com o objetivo de desenvolver e estudar testes educacionais, em 1960, no estado do Rio de Janeiro. Outras iniciativas ocorreram, mas com caráter pontual, sem continuidade.

Nesse contexto, Faria (2005) afirma que passou a existir um movimento que buscava otimizar a gestão estatal. Com isso, foi fortalecida a função avaliativa na gestão governamental e, a partir do discurso de necessidade de modernização da gestão pública, passaram a ser implementados sistemas de avaliação das políticas públicas em toda a América Latina.

Seguindo a tendência internacional e as iniciativas brasileiras sobre a política de avaliação educacional, o governo federal começou a organizar as avaliações nacionais da educação básica por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que foi se configurando como mecanismo de sondagem da educação brasileira. Sendo sua primeira aplicação nos anos 1990, passou por uma reestruturação em 1995, ratificada pela Portaria Nº 931, de 21 de março de 2005, que instituiu o “Novo SAEB”, no qual os principais processos avaliativos são: a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC).

Ao realizamos uma pesquisa exploratória nos sites oficiais das secretarias de educação dos estados e Distrito Federal, vislumbramos o cenário atual dos sistemas de avaliação no território brasileiro, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 1 – Sistemas de Avaliação Educacional por região – Brasil (2005-2023)

REGIÃO	Estados com sistemas próprios de avaliação	Estado sem sistema próprio de avaliação
Região Norte	Acre (AC) Amapá (AP) Amazonas (AM) Pará (PA) Rondônia (RO) Tocantins (TO)	Roraima
Região Nordeste	Alagoas (AL) Bahia (BA) Ceará (CE) Maranhão (MA) Paraíba (PB) Pernambuco (PE) Piauí (PI) Rio Grande do Norte (RN) Sergipe (SE)	
Região Centro-Oeste	Goiás (GO) Mato Grosso (MT)	

	Mato Grosso do Sul (MS) Distrito Federal (DF)	
Região Sudeste	Espírito Santo (ES) Minas Gerais (MG) Rio de Janeiro (RJ) São Paulo (SP)	
Região Sul	Paraná (PR) Rio Grande do Sul (RS) Santa Catarina (SC)	

Fonte: Site das Secretarias de Educação dos Estados.

Durante a pesquisa realizada na base de dados das secretarias de educação dos estados e Distrito Federal, foi possível construir algumas compreensões importantes, dos 26 estados brasileiros, apenas 1 (um) não possui sistema próprio de avaliação, o estado de Roraima, ou seja, 25 estados e mais o Distrito Federal têm sistema próprio de avaliação, 97% realizam avaliações em larga escala próprias. Esse número elevado de sistemas de avaliação das redes públicas de ensino denota a influência das políticas internacionais para a educação, bem como a multiplicação das avaliações sobre as escolas, em níveis de administração distintos.

Notou-se também, que alguns sistemas de educação estabeleceram parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed/UFJF), para a elaboração, aplicação e análise dos dados, enquanto isso as secretarias de educação são responsáveis pelo planejamento e organização da rede para a implementação da política de avaliação.

Outro fator apreendido pela pesquisa foi que o surgimento dos sistemas avaliativos próprios dos Estados e Distrito Federal aconteceram simultaneamente com surgimento dos governos neoliberais no Brasil, a partir da década de 1990. Essa “coincidência” de eventos denota a forte influência dos mecanismos internacionais na construção das políticas pública de avaliação do país, posto que as avaliações internacionais passaram a engendrar sistemas nacionais, estaduais e, mais recentemente, municipais de avaliação educacional.

Esse caráter avaliador do Estado tem se perpetuado ao longo na contemporaneidade. Se o Estado tem o direito de avaliar seus campos de atuação, o questionamento que surge é: quem avalia o avaliador? Para Bourdieu (2014), todos os atos do Estado são passivos de análise crítica por parte dos agentes sociais. Avaliar o poder mandante do Estado é buscar compreender como as políticas surgem e quais interesses estão em disputa. E, no caso das políticas de avaliação educacional, interessa-nos refletir sobre o controle do Estado sobre as escolas.

O Estado do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado, Educação e Desporto (SEDUC-AM), criou seu próprio sistema avaliativo em 2008, intitulado Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM), com objetivos de verificar o nível de

aprendizagem dos estudantes, inicialmente, do Ensino Médio, e definir políticas pública educacionais. Com o passar dos anos, o SADEAM foi ampliando sua esfera de atuação, incluindo o Ensino Fundamental e se consolidando como sistema de avaliação que realiza o diagnóstico da aprendizagem de todas as escolas do Estado do Amazonas. “A realização de avaliações em larga escala como forma de conhecer melhor a dinâmica dos processos e resultados dos sistemas educacionais tem se tornado uma constante em países de diferentes culturas e distintas orientações ideológicas de governo” (CASTRO, 2009, p. 274).

Essa consolidação do SADEAM pode ser entendida como atos do Estado em prol da educação com qualidade, mas que na realidade se configura em atos de poder, que demonstram a hegemonia do Estado frente às suas instituições administrativas, por meio do controle institucional e pelo uso dos resultados como estruturantes para outras tantas políticas educacionais, incluindo a política de financiamento da educação. Nesse processo de consolidação do SADEAM, em 2020, em plena Pandemia da COVID-19, o estado do Amazonas estabeleceu parceria com uma organização institucional, o Centro de Política Pública e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (Caed_UFJF), por meio da SEDUC-AM, visando “[...] auxiliar o desenvolvimento das políticas educacionais com foco na qualidade de ensino da rede” (CAED/UFJF, 2023).

Em síntese, essas parceiras institucionais subtraem a responsabilidade do Estado pelo sistema de avaliação, condicionando o próprio sistema a ideologia das políticas educacionais implementadas por elas, na qual, as políticas de avaliação assumem papéis distintos, conforme as perspectivas dos agentes que as direcionam. Nesse sentido, o Estado assume o papel de mero avaliador, deixando de lado sua função de planejador e gerenciador da política pública de avaliação.

[...] Ele adota um novo papel, o do Estado regulador e avaliador que define as grandes orientações e os alvos a atingir, ao mesmo tempo em que monta um sistema de monitorização e de avaliação para saber se os resultados desejados foram, ou não, alcançados. Se, por um lado, ele continua a investir uma parte considerável do seu orçamento em educação, por outro, ele abandona parcialmente a organização e a gestão cotidiana, funções que transfere para os níveis intermediários e locais, em parceria e concorrência com atores privados desejosos de assumirem uma parte significativa do "mercado" educativo (BARROSO, 2005, p. 732).

Essa ação do Estado, na condução da política de avaliação dos sistemas educacionais, denota transferência de responsabilidade, nítida submissão aos organismos internacionais de mercado e reforça a ideia da meritocracia escolar, por meio do estabelecimento dos *rankings*

escolares e das premiações em dinheiro (14º e 15º salários). Consideramos que avaliar é muito mais que premiar, é garantir oportunidade de direito, é ter equidade educacional e social.

Por trás da atitude de transferência de responsabilidade do Estado, está a influência avassaladora dos organismos internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, OCDE) nas políticas dos países, estados e municípios, gerando uma disputa de poder no âmbito das instituições estatais. Os organismos internacionais exercem um poder, definido por Bourdieu (2022) como Poder Simbólico, sob as instituições públicas, fazendo com que elas ajustem suas políticas, suas ações socioeducacionais com as regras do mercado internacional. Segundo Silva (2002), os organismos internacionais pressionam os governos a adotarem suas medidas, com a ameaça de não financiamento dos seus projetos.

[...] obter empréstimos lucrativos e monitorar moedas, exigiram dos governos a árdua tarefa de fazer ajustes estruturais e reformas socioeducacionais, condicionando, ainda, os seus empréstimos ao cumprimento desses ajustes. Isso significa que essas instituições prescrevem e impõem condicionalidades aos governos locais, de maneira a estreitar as suas opções políticas, econômicas e a pressioná-los a adquirir comportamento adequado e merecedor de empréstimos (SILVA, 2002, p. 13).

Essas imposições internacionais tornam-se um dos desafios para a política de avaliação na região Amazônia, pois os governos locais são obrigados a ceder às ameaças dos organismos internacionais, e acabam adotando políticas públicas educacionais que desconsideram as especificidades regionais.

Os dilemas da avaliação da educação na Amazônia frente à mundialização: dos modelos de política de avaliação dos sistemas educativos

Segundo Castro (2009), as experiências internacionais e nacionais orientam a criação dos sistemas de avaliação, nos Estados e Municípios brasileiros. A criação dos sistemas de avaliação subnacionais está ancorada no cenário econômico capitalista e de financiamento pelas agências multilaterais (BANCO MUNDIAL, FME, OCDE, FMI, UNESCO), que redimensionam os objetivos e as finalidades das avaliações no contexto educacional.

Nesse processo de mundialização da educação, segundo Osório (2019), o papel do Estado se enfraquece, a partir do momento que as decisões das instituições são subordinadas às condições do mercado, deixam de ter e de ser referência no contexto de ensino e aprendizagem. O sociólogo português Almerindo Afonso, corroborar com a ideia, quando afirma que “a avaliação saiu das salas de aula das escolas e está se tornando um instrumento para medir apenas resultados e não processos educacionais” (AFONSO, 2005, p. 125).

Para Afonso (2005, p. 125),

Não há dúvida de que os governos tratam a educação escolar como uma quase-mercadoria, que deve necessariamente submeter-se às exigências de mercado para que tenha qualidade. A administração da educação obedece a padrões ou a critérios híbridos, na medida em que se revestem de um discurso democrático, mas na realidade são burocráticos e excludentes.

Devido a essa lógica do mercado, os modelos de política de avaliação dos sistemas educativos seguem basicamente os mesmos objetivos e metodologia do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que são: avaliar o sistema de ensino, diagnosticar o desempenho dos estudantes da rede e aplicar o questionário contextual sobre a realidade dos atores e dos espaços de ensino. Além de trabalhar com a tríade: 1. Elaboração de testes padronizados, com base nas competências e habilidades; 2. Aplicação censitária; 3. Divulgação dos resultados. O modelo de avaliação adotado pelos sistemas educacionais reforça a posição excludente do Estado, a partir do momento que utilizam as demandas econômicas e sociais para garantir a qualidade da educação.

A estratégia política do Estado do Amazonas, referente ao sistema de avaliação, tem assumido essa lógica dos mecanismos internacionais com relação à avaliação em larga escala, visam a melhoraria dos resultados de aprendizados relacionados às competências e habilidades exigidas pelo mercado de trabalho e obtenção de controle mais amplo das escolas sobre os conteúdos curriculares e a avaliação, além de responsabilizar, na maioria das vezes, os professores pelo fracasso escolar, sem considerar os demais aspectos estruturantes que influenciam os resultados negativos das escolas na avaliação em larga escala (SILVA; SAMPAIO; CUNHA, 2020).

“As atuais políticas educacionais e organizativas devem ser compreendidas no quadro mais amplo das transformações econômicas, políticas, culturais e geográficas que caracterizam o mundo contemporâneo” (LIBÂNEO, 2009, p. 33-34). Dessa forma, o campo da política de avaliação é um campo de investigação que deve ser pesquisado a partir da ótica socioeconômica educacional, pois os atos do Estado se estabelecem através da lógica capitalista. Suas manifestações são sempre manifestações de poder e de controle, por meio dos agentes públicos, as ações públicas são implementadas e consolidadas como verdades absolutas, acarretando mudanças significativas nas escolas públicas brasileiras e, mais particularmente, do estado do Amazonas.

Os dilemas da avaliação da educação na Amazônia frente à mundialização se relacionam diretamente com esses modelos de política de avaliação dos sistemas educativos adotados pelas Secretarias de Educação dos estados e municípios, nos quais as instituições públicas assumem o papel de executoras em vez de protagonistas ou idealizadoras das políticas do sistema de avaliação educacional. Nesse sentido, estamos diante de um processo que, ao passo que se consolida como homogeneizador em função do modo como as políticas de avaliação educacional são amplamente reproduzidas em todo o território nacional, não consegue ainda atingir um objetivo mais direcionado aos desafios próprios da região amazônica brasileira.

Conclusão

Nessas primeiras reflexões sobre os atos do Estado, tomando por base o materialismo do simbólico bourdieusiano, buscamos relacionar suas ações com os modelos de política de avaliação adotados pelos sistemas educacionais do estado do Amazonas. Nesse aspecto, concordamos com Mainardes (2011), quando ele afirma que, ao analisar as políticas públicas, nesse caso específico, a política de avaliação, precisamos considerar de forma crítica, os aspectos de formulação e implementação dessa política, pois o contexto político é relacional e multidimensional. Isso significa que as contradições dos processos de construção e implementação das políticas de avaliação educacional são próprias das configurações sociais de uma sociedade que é baseada na classificação e desigualdade social.

A dialética bourdieusiana, então, nos conduziu para a compreensão de que a correlação entre os aspectos materiais e simbólicos que estão na base do exercício do poder regulatório – e, mais especificamente, avaliativo – sobre as instituições e sujeitos escolares na Contemporaneidade expressa a capilaridade dos processos classificatórios na sociedade capitalista. Isso significa que passamos a utilizar essas avaliações externas, sobretudo, para hierarquizar as instituições escolares em função dos resultados que elas obtêm nas diferentes avaliações locais, nacionais e internacionais.

Política pública desconectada das necessidades socioeducacionais da população contribui para o distanciamento cada vez maior dos objetivos educacionais centrados no bem estar coletivo e se torna um desafio social. Para Dias Sobrinho (2018, p. 1), “[...] Cada vez mais as concepções e práticas de avaliação vão se deslocando do domínio dos educadores para as instâncias administrativas governamentais. Estas, por sua vez, são moldadas por agentes internacionais a serviço de poderosas instituições multilaterais”.

É nesse movimento dinâmico que acontece no contexto das políticas públicas de avaliação, que o Estado tenta consolidar sua hegemonia de agente gestor das políticas, mas o que percebemos é uma transferência de responsabilidade, por meio de contratação de empresa para execução do trabalho público. O que existe é uma luta pelo poder e pelo controle da criação e implementação das políticas públicas. A lógica da política neoliberal é retirar, mesmo que seja parcialmente, a responsabilidade do Estado com as questões sociais e estimular cada vez mais a disputa entre os Estados Nacionais e os agentes internacionais pelo desenvolvimento social e educacional dos Estados-Nações. Como afirmam Silva, Sampaio e Cunha (2020), “essas políticas neoliberais surgem como estratégias para limitar as funções do Estado e tornar o mercado econômico o centro da vida social, valorizando os processos de privatizações de setores públicos e a competitividade a nível internacional” (SILVA; SAMPAIO; CUNHA, 2020, p. 224).

Portanto, a análise das políticas de avaliação educacional na Amazônia, no contexto da mundialização das políticas educacionais de modo generalizado, demonstra que tem se consolidado um processo de mimese, ou seja, uma importação dos modelos e dos princípios na seguinte direção: do internacional ao nacional e, por sua vez, ao local. Os subsistemas de avaliação educacional, nos estados e municípios brasileiros, acabam reproduzindo lógicas que se afastam cada vez mais das necessidades reais das escolas e de seus agentes. A pouca participação dos profissionais e intelectuais da educação que atuam na Amazônia na construção da política de avaliação da educação é um evidente indício do caráter arbitrário dessas políticas e da necessidade de mudanças no sentido da ampliada participação de tais agentes na reformulação das políticas em questão. Cabe, então, a todos nós assumirmos nossas responsabilidades nesse processo de valorização da educação dos povos da Amazônia, criando políticas de avaliação e de educação que respeitem nossa diversidade social e cultural, e que priorizem nossa identidade amazônica.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

AFONSO, Almerindo Janela. Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 53, p. 267-284, abr./jun. 2013. DOI: 10.1590/S1413-24782013000200002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/bBY4jtTrbmqnXmRcJrQkpqj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2023.

AMAR, Hernán Mariano. Pierre Bourdieu: por una sociología sobre el Estado y las políticas educativas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 13, n. 1, p. 145-153, jan./abr. 2018. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.13i1.0008. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/10868/6389>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson. **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BARROSO, João. (2005). O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751. DOI: 10.1590/S0101-73302005000300002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/TVLjsSNcwyChwwYkxtGX7YD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92). Tradução: Rosa Freire d' Aguiar. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. A consolidação da Política de Avaliação da Educação Básica no Brasil. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v.1, n.3, p. 271-296, set./dez. 2009. DOI: 10.22347/2175-2753v1i3.51. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/51/30>. Acesso em: 20 ago. 2023.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: dilemas e conflitos institucionais e políticos. **Avaliação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 1-4, mar. 2018. DOI: 10.1590/S1414-40772018000100001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/WvxW5km57yJn8XFjTPJyYfk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2023.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 97-109, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/dHQ6MVmWkGqbKQ6DrSP9shg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2023.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO (CAEd). **Institucional/Sobre**. Juiz de Fora/MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2023. Disponível em: <https://institucional.caeddigital.net/sobre.html>. Acesso em: 22 mar. 2023.

LASCOUMES, Pierre; GALÈS, Patrick Le. **A sociologia da ação pública**. Maceió: EDUFAL, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2009.

OSÓRIO, Jaime. **O estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. 2. ed. Tradução: Fernando Correa Prado. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SILVA, Maria A. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. Campinas: Autores Associados, 2002.

SILVA, Camila Ferreira da; SAMPAIO, Cecília Acácia da Silva; CUNHA, Thiago Felipe Paranatinga da. Do julgamento professoral às avaliações externas, que fazemos com as crianças e jovens na escola? **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, v. 84, n. 1, p. 217-236, 2020. DOI: 10.35362/rie8413922. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/download/3922/4107/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

Sobre as autoras

Ruth Araújo da Cunha. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pedagoga da Secretaria Municipal de Educação de Manaus. Membro do Grupo de Pesquisa em Sociologia Política da Educação (GRUPESPE). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Camila Ferreira da Silva. Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Nova de Lisboa (UNL), com Pós-doutorado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente na Universidade Federal do Amazonas. Líder do Grupo de Pesquisa em Sociologia Política da Educação (GRUPESPE/UFAM).

Como citar este artigo:

CUNHA, Ruth Araújo da; SILVA, Camila Ferreira. Os atos do Estado e os sistemas de avaliação educacional na Amazônia. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 02, e13452, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22481/redupa.v2.13452>